

ELEIÇÕES

Saúde não pode fugir dos holofotes eleitorais

Desde a saúde mental à própria acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde, não esquecendo também as questões relativas aos próprios profissionais, são muitas as questões que urgem discutir.

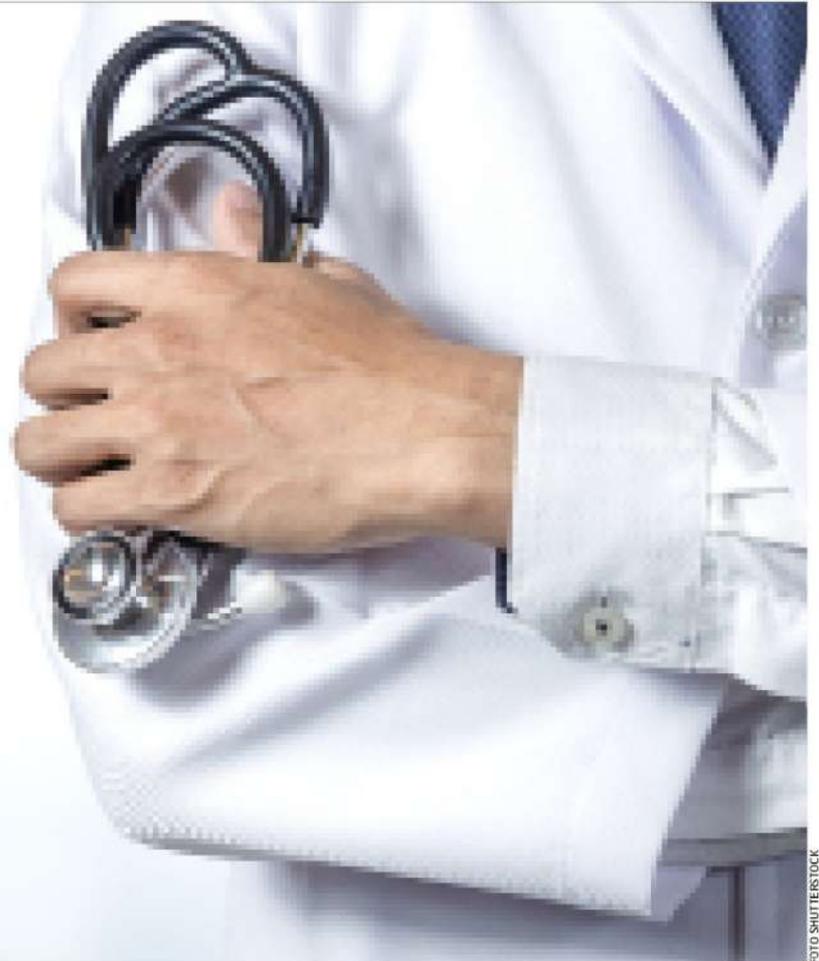


FOTO SHUTTERSTOCK

Por **Edna Baptista**
edna.baptista@jm-madeira.pt

É na linha da frente que se coloca a Saúde quando de eleições falamos, ou não fosse este um setor sensível, que, de uma forma ou de outra, não consegue fugir dos holofotes dos debates eleitorais.

Até porque, conforme apontaram ao JM diversos profissionais, continuam a servir os problemas por resolver, para que o acesso e a qualidade dos serviços de saúde não sejam uma miragem.

Por isso mesmo, nas semanas que antecedem a ida às urnas, é esperado estarem em cima da mesa bem mais do que uma mão cheia de questões relativas a este setor, como sejam as relativas à saúde mental, à acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde, às diferentes classes profissionais e ainda à própria organização dos serviços e cuidados de saúde.

Muito além das listas de espera

Há muito que as listas de espera surgem à cabeça das discussões do período eleitoral, muitas vezes monopolizando o discurso. No entanto, conforme reitera Juan Carvalho, presidente do Sindicato dos Enfermeiros da Madeira (SERAM), é imperativo que o debate vá agora mais além. Entre as matérias a abordar, o sindicalista destaca, desde logo, o futuro dos hospitais Dr. Nélio Mendonça, Marmeleiros e João de Almada, após a conclusão do novo hospital. "Estas unidades servirão para quê? Serão utilizadas com que objetivo?", questionou. Por seu turno, para o dirigente, os partidos também não podem ficar alheios aos cuidados primários, que continuam a receber orçamentos diminutos face à área hospitalar, apesar de serem apontados como "a entrada do utente no serviço de saúde". Por isso mesmo, e recordando que o hospital em construção não resolverá todos os problemas, Juan Carvalho sublinha a urgência em refletir sobre a aposta que terá de ser feita nestes cuidados e como se processará a articulação com a nova estrutura. A este propósito, salienta ainda a necessidade de aferir o real impacto das Unidades de Saúde Familiar, criadas na anterior legislatura, mas cuja experimentação apenas avançou na Ponta do Sol, onde se verificam "grandes deficiências em termos de resposta". "[Esta unidade] melhorou o acesso e os cuidados de saúde à população?", indagou, pedindo uma análise aos resultados desta experiência, a fim de saber se é para alargá-la a outros concelhos.

Por sua vez, no entender de Juan Carvalho, o ataque informático que vitimou o SESARAM obriga a que cibersegurança também seja discutida, até porque considera "estranho" que, sendo esta uma das maiores empresas do setor empresarial da Região, "as questões de segurança informática não tenham sido alvo de conferências e debates aprofundados nos últimos anos", nem de um maior investimento, dada a constante atualização que os sistemas exigem.

Por fim, relativamente à sua classe, o responsável voltou a reclamar da continuada carência de profissionais, lembrando que são necessários mais cerca de 300 enfermeiros em efetividade de funções, a par da criação de condições mais atrativas, incluindo remuneratórias, para promover a sua fixação no serviço, em especial no Porto Santo. "É por nós reconhecida a admissão de enfermeiros nas últimas legislaturas, mas não devemos ficar de braços cruzados pelo trabalho já feito", frisou.



JUAN CARVALHO
presidente do SERAM

Foco na acessibilidade dos cuidados

É sobretudo na acessibilidade dos cidadãos aos serviços de saúde e na necessidade de encontrar respostas eficazes em tempo útil, em especial para os mais idosos, que Nuno Neves, presidente da Secção Regional da Madeira na Ordem dos Enfermeiros, coloca a tónica, quando questionado sobre que temáticas deverão ser prioritárias nos debates e reflexões eleitorais.

Isto porque, conforme apontou o profissional, a actual legislatura foi, de facto, "atípica", mormente devido à crise pandémica e ao recente ataque cibernético, os quais, apesar de terem mostrado as forças da Saúde regional, também evidenciaram algumas fragilidades, incluindo no acesso aos cuidados, sendo o aumento do "flagelo" das listas de espera exemplo disso mesmo.

Certo é que, para o representante, "a resposta a estes desafios não depende apenas de mais profissionais e mesmo de um novo hospital", mas, acima tudo, de uma mudança de paradigma, que começaria pelo "envolvimento dos projetos de vida com os projetos de saúde" e com a presença da saúde "em todas as políticas".

Por isso mesmo, entre as prioridades ao nível das políticas de saúde que gostaria de ver em cima da mesa nesta fase eleitoral, Nuno Neves destaca, desde logo, a necessidade de olhar para os cuidados de saúde primários, enquanto "verdadeira porta de acesso ao sistema", ansiando neste âmbito outra postura.

"Esperamos uma real aposta em equipas de saúde, de composição variável adequada às necessidades, com base geográfica e de orientação comunitária, que permita a integração de serviços", avançou, contrapondo-se às Unidades de Saúde Familiar, as quais entende irem "fragmentar a capacidade de resposta dos atuais Centros de Saúde, com uma carteira de serviços e profissionais restritos".

Ademais, neste esforço para garantir a acessibilidade aos cuidados de saúde em tempo útil, o representante considera ser igualmente prioritário proceder "à descentralização de competências e fazer o bom aproveitamento dos enfermeiros especialistas", bem como servir-se da digitalização e da tele saúde para revolucionar a assistência prestada, com os enfermeiros a desempenharem um papel crucial na monitorização remota.

Por último, no respeitante à sua classe, e embora reconheça a pacificação social alcançada no setor, sobretudo com o descongelamento das carreiras na Região (diferentemente do que aconteceu a nível nacional), Nuno Neves insta a que tal "esforço orçamental e contratação de mais profissionais" seja mantido na nova legislatura.



NUNO NEVES
presidente da OE na RAM

Muito por fazer na saúde mental

No campo da saúde mental e da toxic dependência, o psiquiatra Daniel Neto também não tem dúvidas de que há muito por debater. De facto, conforme apontou, de uma forma geral, a saúde tem em mãos múltiplas questões "difíceis de resolver", a começar pelas "gritantes" disparidades no acesso aos cuidados de saúde, com base nos recursos socioeconómicos, as quais se agravaram com a inflação, sendo esta uma realidade que se confirma no tratamento das adições. "Os que têm menos sofrem mais as suas consequências", assegurou o especialista, que denota que o seguimento para comunidades terapêuticas no exterior continua a ser apenas alcançável para alguns, como se verificou na Região nos últimos 10 anos, período durante o qual "muito poucas pessoas" foram encaminhadas pelo SESARAM para estas instituições. Por conseguinte, para o especialista, a questão económica é "um aspeto fundamental deste problema", que não pode passar ao lado da reflexão que impera fazer sobre o setor.

No entanto, e embora reconheça que a criação da primeira comunidade terapêutica na Região é um importante passo para garantir a acessibilidade aos tratamentos, Daniel Neto alerta que esta não irá resolver todos os problemas, sobretudo ao nível da reintegração na sociedade. "Para onde irão depois as pessoas que completam o tratamento? Para o mesmo local onde foram aliciados a consumir?", questiona, apontando esta como outra das questões que não pode ser desvalorizada na discussão a fazer.

Já entre as políticas que considera importantes serem adotadas, o psiquiatra destacou ainda a necessidade de viabilizar o internamento hospitalar (já que a Madeira é a única região que não o concretiza), ao invés da constante aposta no "modelo asilar", de modo a que não seja o utente a "pagar pelo seu próprio internamento nas Casas de Saúde". "Apenas quem pensa a curto prazo, pode aceitar que o aumento da diária é uma boa notícia. (...) Note-se que as pessoas institucionalizadas não vivem com grades nas janelas, mas vivem com diminuta autonomia", lamentou, frisando antes a importância de criar equipas efetivas no terreno, de fazer a maior parte das consultas no hospital em unidades comunitárias, de apoiar fóruns socio-ocupacionais e de dialogar com as empresas regionais para que apoiem o trabalho de pessoas com doença mental na sua reabilitação. "É a melhor forma de apoiarmos a recuperação integral das pessoas com doença mental graves", atestou.



DANIEL NETO
psiquiatra

Saúde acima da cor política

Enquanto médica, cidadã e secretária regional do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), também Lídia Ferreira está certa de que a saúde, a par da educação, tem de ser contemplada nesta fase da vida democrática, devendo, no entanto, ficar "acima da cor política ou de medidas de resposta de especulação eleitoral", até porque são diversas as matérias que exigem uma "resolução eficaz". Desde logo, aponta a sindicalista, "é essencial que em pré-campanha se assumam os compromissos iniciados e se discuta a continuidade do que falta fazer e cuja autonomia assim o permita". Entre estes destacou nomeadamente o cumprimento da lei relativa à avaliação de desempenho, a abertura dos concursos de graduação e respetivas vagas sem atrasos e ainda a manutenção do valor da hora extra e do incentivo de fixação, como forma de "compensar a falência governativa central no reconhecimento ao nível da tabela salarial". Ademais, segundo Lídia Ferreira, há também que "dar continuidade ao que se iniciou na atual legislatura", sobretudo ao nível da melhoria das condições de trabalho e da recuperação da figura de "dedicação exclusiva", como forma de tornar a empresa pública SESARAM "mais atrativa", a fim de que este possa "verdadeiramente concorrer com o setor privado", lançando a este nível uma questão: "Há maturidade política global para assumir por cá mais uma forma diferente de estar na gestão pública?", indagou a representante, que exigiu ainda o justo reconhecimento da profissão médica, o

qual afirmar estar ainda "em falta", sendo esta uma questão da dependência do Governo da República, ao qual exige uma atualização da grelha salarial. Aliás, a este propósito, a médica cirurgiã não deixou de reconhecer as medidas adotadas pela Região no sentido de valorizar a profissão médica (e não só), justamente para contornar a "falta de resposta central". Não obstante, no que toca aos desafios ainda por resolver, a dirigente do SIM apela a que sejam adotadas medidas com "continuidade temporal", defendendo que "as medidas de curta duração na saúde só são aceitáveis se forem para 'ganhar tempo', enquanto o impacto das reformistas não se sinta".

"Tudo o que envolver gastos com medidas assentes em respostas de curta duração, não reformadoras, em contínua alteração com ciclos eleitorais, assentes numa saúde de urgência e de dignificação laboral à custa da hora extra, é despesista e traduz um mau trabalho governativo", venceu.



LÍDIA FERREIRA
secretária regional do SIM

